

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 22/04/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – Google Meet

| Membros presentes | |
|----------------------------|---|
| Entidade | Representante |
| ABES-SP | Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (T) |
| AEAAV | Milton Rodrigues Borges (T) |
| APTA/SAA | Adriana Sacioto Marcantonio (T) |
| ASSEMAE | Rogério Padula Santamaria (T) |
| | Ana Cristina P. Persicano Pinto (S) |
| | Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S) |
| | Tarciani Benedita Baia Santos (S) |
| BRK Ambiental Limeira | Mariana Simolini Zóia (S) |
| DAAE – Rio Claro | Almir Fernandes da Silva (T) |
| DAE Americana | Margareth Isabel Amaral (T) |
| | Kayque Leone Pereira (S) |
| DAE Jundiaí | Karen Cristina Tasaka (T) |
| Embrapa | Marcos Eliseu Losekann (T) |
| FT/UNICAMP | Cassiana Maria Reganhan Coneglian (T) |
| Movimento Resgate o Cambuí | Maria Rodrigues Cabral (S) |
| P.M. de Limeira | Juvenal Soares de Araújo Neto (T) |
| SANASA | Rogério Padula Santamaria (T) |
| | Ana Cristina P. Persicano Pinto (S) |
| | Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S) |
| | Tarciani Benedita Baia Santos (S) |
| SANEBAVI | Mara Letelian Leite Reis (S) |
| SEMAE | Ivan Canale (S) |

| Membros Ausentes | |
|---------------------------|--|
| Entidade | |
| CATI | |
| DAE Santa Bárbara d'Oeste | |
| IPSA-C | |
| SAA | |
| SABESP | |

| Demais Presentes | |
|-----------------------|-----------------|
| Entidade | Representante |
| Agência da Bacias PCJ | Danilo Costa |
| | Daphenes Vargas |
| | Diego Soares |
| | Mariane Amuy |
| | Rebeca Silva |
| | Rosa Cardoso |
| | Vanessa Longato |

| | |
|---|----------------------------------|
| UNESP - Rio Claro/SP | Maria Aparecida Marin Morales |
| P.M. de Limeira - Divisão de Vigilância Sanitária | Eloisa Maria dos Reis dos Santos |

(T) - Titular (S) - Suplente (C) - Convidado

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2025, por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, realizou-se a 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 15 de abril de 2025. **2. Abertura da 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM):** A reunião foi aberta pela Coordenadora da CT-SAM, Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início dos trabalhos. Em seguida, foi exibido um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ, contendo orientações gerais, registro de presença e outras informações para a participação na reunião. A Sra. Roseane fez uma breve introdução sobre os itens de pauta a serem abordados e deu prosseguimento à pauta. **3. Aprovação da minuta de Ata da 111ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, realizada em 27/02/25, por videoconferência:** A Sra. Roseane informou que foi feito o envio aos membros, por mensagem eletrônica, junto da convocação, conforme prazo regimental, da minuta de ata da 111ª Reunião Ordinária, realizada em 27/02/25. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, a Sra. Roseane submeteu aos membros para aprovação a minuta de ata da 111ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, sendo aprovada por unanimidade. **4. Palestra “Contaminação por necrochorume” – Profa. Dra. Maria Aparecida Marin Morales (UNESP Rio Claro):** Dando continuidade à pauta, a Sra. Roseane passou a palavra para a Coordenadora-Adjunta da CT-SAM, Sra.



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 22/04/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

Cassiana Maria Reganhan Coneglian, representante da Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT/UNICAMP) que introduziu brevemente a primeira palestrante convidada, Profa. Dra. Maria Aparecida Marin Morales, que possui graduação em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências de Rio Claro, (1976), mestrado em Ciências Biológicas (Biologia Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP (1983) e doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Vegetal) pela UNESP (1992). É Livre-Docente em Biologia Celular, junto ao Departamento de Biologia do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro. Atualmente é professora assistente doutora e professora titular de pós-graduação na UNESP Rio Claro. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Mutagenese Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: *Allium cepa*, mutagenicidade, genotoxicidade, aberrações cromossômicas, *Oreochromis niloticus* e células de mamíferos mantidas em culturas. Em seguida, a Profa. Maria Aparecida agradeceu o convite e iniciou sua apresentação, contextualizando a importância do tema da contaminação por necrochorume, destacando que, apesar de ser um assunto sensível, demanda atenção. Compartilhou o histórico das pesquisas conduzidas no Laboratório de Mutagenese Ambiental, com foco na contaminação provocada por cemitérios, em paralelo ao contínuo crescimento populacional e às intensificadas atividades antrópicas. Ressaltou a interligação entre saúde ambiental e as transformações ambientais que impactam diretamente a vida humana. Na sequência, apresentou as principais fontes antrópicas de contaminação ambiental, divididas em três grupos. Primeiramente, abordou as atividades agrícolas, citando contaminantes como inseticidas, herbicidas, compostos orgânicos, metais, fertilizantes e a contaminação do solo e dos alimentos, especialmente por nitrogênio. Em seguida, tratou das atividades industriais, relacionadas à emissão de poluentes no ar, na água e no solo, aos processos produtivos e às suas contribuições para o aquecimento global. Por fim, abordou as atividades urbanas, que envolvem uma diversidade de contaminantes oriundos de processos variados, como os sistemas de tratamento de água de abastecimento e de

águas residuárias, a coleta e o transporte de resíduos sólidos. Destacou que, embora amplamente conhecidas, essas fontes antrópicas costumam ser mais mencionadas do que a contaminação causada por cemitérios, que permanece subestimada, apesar de ser significativa no contexto urbano. Ilustrou esse tipo de contaminação por meio de imagens que mostravam plumas de poluição se infiltrando pelo solo até atingir os aquíferos subterrâneos, mesmo em sepultamentos realizados em túmulos verticais, ou seja, que não estão diretamente em contato com o solo. Relembrou ainda o histórico da disposição de corpos e das práticas de sepultamento desde a Idade Média, refletindo sobre a mudança de percepção social acerca dos corpos, que, naquela época, não eram tratados sob a ótica de resíduos. Dando sequência, abordou sobre a composição do necrochorume, destacando tratar-se de um líquido originado do processo de decomposição cadavérica, caracterizado por odor desagradável devido à presença de aminas biogênicas como cadaverina (CAD) e putrescina (PUT). Explicou que essas substâncias eram derivadas da decomposição de aminoácidos como lisina, arginina e ornitina, respectivamente. Além disso, o necrochorume podia conter sais minerais, formaldeídos, metanol (provenientes de processos de embalsamamento), metais pesados (oriundos de adereços, urnas ou próteses), bactérias e vírus de alta patogenicidade, além de resíduos hospitalares e fármacos. Em seguida, detalhou o processo de decomposição cadavérica, dividido em duas fases principais: autólise, caracterizada pela autodestruição celular mediada por enzimas hidrolíticas; e putrefação, responsável pela degradação progressiva dos compostos orgânicos e alterações visuais no corpo. Informou que o necrochorume era o produto visível dessa decomposição, sendo um líquido castanho-acinzentado, cuja formação e volume dependiam das condições ambientais e das características do corpo. Apresentou diferentes classificações de estágios da decomposição com base em estudos científicos e forenses, variando entre quatro a seis etapas conforme o autor ou a região geográfica. Em seguida, compartilhou os resultados de estudos realizados pelo Laboratório de Mutagenese Ambiental (LMA), com experimentos em modelos *in vivo* e *in vitro*,



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 22/04/2025 – 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

utilizando organismos como *Allium cepa*, *Lactuca sativa*, *Danio rerio* e linhagens celulares humanas. Destacou a toxicidade e genotoxicidade da cadaverina e da putrescina, observando efeitos como aneugênese, presença de células binucleadas, mutações por substituição de bases e alterações nos níveis de expressão gênica. Abordou ainda os impactos ambientais do necrochorume intensificados durante a pandemia da COVID-19, período em que houve aumento expressivo no número de sepultamentos. Ressaltou a preocupação com a infraestrutura dos cemitérios e a ausência de protocolos adequados para a disposição dos corpos em larga escala, o que agravou os riscos de contaminação das redes edáficas e hídricas e os danos à saúde pública. Por fim, apresentou as perspectivas futuras da pesquisa, incluindo ensaios toxicológicos, avaliação de persistência ambiental, testes com agentes naturais para controle da decomposição, entre outros. Encerrou reforçando o engajamento da equipe com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, com destaque para os objetivos 3 (Saúde e Bem-estar), 4 (Educação de qualidade), 6 (Água potável e Saneamento), 8 (Trabalho decente e Crescimento econômico), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 14 (Vida na água) e 15 (Vida terrestre), e fez um chamado ao compromisso coletivo com a integridade e sustentabilidade ambiental. Encerradas apresentações, a Sra. Roseane agradeceu pela palestra e destacou a importância da classificação das áreas contaminadas, que devem estar em consonância com as regulamentações previstas que representem risco a saúde pública. **5. Papel da vigilância sanitária na qualidade de água de abastecimento de sistemas alternativos – Eloisa Maria dos Reis dos Santos (Vigilância Sanitária de Limeira):** Dando continuidade a pauta, a Sra. Cassiana apresentou a segunda palestrante convidada, Sra. Eloisa Maria dos Reis dos Santos, graduada em Tecnologia em Saneamento Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), nas modalidades Controle Ambiental – 2007 – e Saneamento Básico – 2011. Possui graduação em Engenharia Ambiental pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (2016) e mestrado em Engenharia Civil, na área de Saneamento e Ambiente, pela UNICAMP (2011). Atua como tecnóloga em

saneamento no órgão de Vigilância Sanitária da Prefeitura de Limeira/SP. Possui experiência na área de Engenharia Sanitária, com ênfase em Tratamento de Águas de Abastecimento e Residuárias, atuando principalmente nos temas: educação em saúde, risco à saúde, regulação e vigilância sanitária. A Sra. Eloisa iniciou sua apresentação abordando os fundamentos legais que amparam a atuação da vigilância sanitária, com destaque para os artigos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), os quais atribuem ao Sistema Único de Saúde (SUS) competências como a fiscalização de substâncias e serviços de interesse à saúde, inclusive o controle da qualidade da água, e a articulação com políticas de saneamento e meio ambiente. Destacou a estrutura da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), instituída pela Resolução nº 588/2018, que orienta a integração das ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador, considerando os fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença. No contexto da vigilância da água, a palestrante enfatizou o papel do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – VIGIAGUA, cujas diretrizes estão estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017. Essa normativa determina que toda água destinada ao consumo humano deve estar sujeita a controle e vigilância, seja proveniente de sistemas públicos, soluções alternativas coletivas (SAC), individuais ou por caminhões-pipa. Durante a apresentação, foram discutidas as atribuições dos municípios no processo de vigilância, como a autorização de fornecimento de água, análise de planos de amostragem, inspeções sanitárias e comunicação imediata de eventos de saúde pública. A palestrante destacou que a reavaliação de parâmetros de amostragem está condicionada à apresentação de histórico de monitoramento e de um Plano de Segurança da Água (PSA). No contexto local, a Sra. Eloisa detalhou as ações realizadas no município de Limeira, que conta com cerca de 160 (cento e sessenta) sistemas de abastecimento de água (SAA) e soluções alternativas coletivas (SAC) particulares, localizados em clubes, condomínios, comércios e indústrias. Explicou que as ações de



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 22/04/2025 – 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

vigilância incluem inspeções sanitárias, coleta de amostras, análise de laudos, cadastro no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) e busca ativa de sistemas não regularizados. Apresentou as rotinas de monitoramento em Estações de Tratamento de Água (ETAs) e os parâmetros analisados, como pH, cloro residual livre, coliformes totais, turbidez, fluoreto, entre outros. Entre as principais não conformidades observadas durante as inspeções, destacou-se a presença de tampas de reservatórios mal vedadas ou abertas, ausência de cloração, falhas nos registros de controle e inadequações estruturais. Reforçou que a coleta de amostras não substitui ações corretivas e que, diante de riscos à saúde, é exigida a elaboração de planos de ação e o reforço das medidas de controle. Complementarmente, apresentou o programa Visagua, desenvolvido em âmbito municipal, voltado à vigilância da qualidade da água. Esse programa mostrou-se eficaz na aproximação com os responsáveis pelos sistemas regulados, na conscientização quanto à importância do controle da qualidade da água, na ampliação das ações de vigilância e na valorização das atividades da VISA Limeira, sem comprometer outras rotinas do serviço. Também abordou o programa VISACON, voltado à vigilância de áreas contaminadas no município. Foram identificadas 52 (cinquenta e duas) áreas com restrição de uso de água subterrânea, conforme dados da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), e foram mencionadas ocorrências de parâmetros acima dos valores máximos permitidos para substâncias como alumínio, bário, ferro, fluoreto, manganês, níquel e zinco. Ao final, a Sra. Eloisa destacou os encontros técnicos promovidos pela VISA Limeira com foco no abastecimento de água, que vêm sendo realizados anualmente desde 2023, com temáticas voltadas à qualidade da água, plano de amostragem e interpretação de laudos laboratoriais. Encerradas as apresentações, a Sra. Roseane parabenizou a palestrante e trouxe reflexões com base em sua experiência na área da vigilância sanitária, mencionando sua participação na criação dos programas Proágua e Vigiagua. Ressaltou a evolução do setor, desde os primeiros esforços focados nos sistemas públicos e soluções alternativas de

abastecimento, até os desafios atuais diante da atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e das agências reguladoras. Destacou a carência de dados sobre a qualidade da água em áreas rurais, onde a ausência de sistemas formais e os custos elevados de monitoramento tornam inviável o cumprimento integral das exigências legais. Defendeu que o papel da vigilância deve ser o de gerar informações e evidências sobre a exposição da população a riscos, especialmente quando a origem da contaminação não está sob responsabilidade direta do consumidor, como ocorre com o uso de agrotóxicos. Enalteceu o programa apresentado pela Sra. Eloisa, como um exemplo positivo e sugeriu que experiências similares inspirem a criação de planos de amostragem voltados à realidade rural. Finalizou reforçando que a saúde ambiental é um tema transversal, que exige atuação integrada entre setores, e que deve considerar, além do ambiente, o cuidado com as pessoas e os demais seres vivos, alinhando-se ao conceito de saúde única. **6. Organização do evento anual da CT-SAM – VIII Seminário de Saúde Ambiental:** Dando seguimento a pauta, a Sra. Roseane, informou que já se iniciaram os preparativos para a realização do VIII Seminário de Saúde Ambiental, evento anual promovido pela CT-SAM. Comentou que, assim como ocorreu na edição anterior, a proposta é que o seminário seja realizado no formato virtual, com transmissão pelo canal da Agência das Bacias PCJ na plataforma *YouTube*, considerando o sucesso da última edição, que registrou aproximadamente 1.200 (um mil e duzentas) visualizações nos vídeos. Destacou que o evento tem como foco principal as questões relacionadas à segurança da água no território das Bacias PCJ, mas também abrange temas ampliados de saúde ambiental. A fim de permitir melhor tempo de organização e definição da programação, o seminário, originalmente previsto para junho/2025, foi reprogramado para ocorrer no mês de outubro/2025. Em seguida, foi aberto o convite para participação na comissão organizadora do seminário, responsável por propor os temas, indicar e convidar os palestrantes e estruturar a programação preliminar do evento. A coordenadora solicitou que os interessados em compor a comissão manifestassem interesse pelo *chat* da reunião até seu encerramento, reforçando que o convite



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 22/04/2025 – 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

estava aberto a todos os participantes. Ressaltou ainda que as duas coordenadoras da CT-SAM, Sra. Roseane M. Garcia Lopes de Souza (ABES-SP) e Sra. Cassiana Maria Reganhan Coneglian (FT/UNICAMP), já integram a comissão organizadora e acompanharão os trabalhos de estruturação do seminário. Até o final da reunião, não houveram outras manifestações no chat, ficando o convite aberto para manifestações posteriores dos interessados. **7. Informes:** A seguir, a Sra. Roseane passou a palavra para a Sra. Cassiana que iniciou os informes: **7.1. da Coordenação:** **a)** A Coordenação informou sobre a aprovação do trabalho técnico no 33º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, organizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), a ser realizado de 25 a 28 de maio de 2025, em Brasília/DF. O trabalho, que será apresentado pela Sra. Roseane, trata da integração entre os Planos de Segurança da Água (PSA) e os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), destacando a importância de se considerar os PSAs como instrumentos vinculados às políticas municipais, conforme já indicado em normativas do Ministério das Cidades. O estudo também propõe reflexões sobre o papel das agências reguladoras infranacionais no apoio à implementação dos PSAs, ampliando a discussão para além da região dos Comitês PCJ; **b)** Também informou a respeito do Fórum Internacional de Segurança da Água (FISA 2025), que será realizado nos dias 12 e 13 de junho de 2025, no Auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA-SP), em São Paulo/SP. O evento, promovido com o apoio da ABES-SP e outras instituições parceiras, terá foco ampliado sobre o tema da segurança da água, incluindo aspectos relacionados aos mananciais, eventos extremos, infraestrutura e saúde pública. Na ocasião, será lançado um documento técnico voltado às agências reguladoras, com diretrizes para fortalecimento dos planos de segurança da água sob uma abordagem holística. Na sequência, a coordenação abordou o andamento do questionário sobre os Planos de Segurança da Água, encaminhado aos municípios da região dos Comitês PCJ. Foi informado que o formulário, reformulado com base nas discussões técnicas da câmara, foi reenviado antes do Carnaval de 2024, incluindo novos aspectos relacionados

a laboratórios e controle da qualidade da água. No entanto, até o momento da reunião, apenas oito municípios haviam respondido: Rafar/SP, Jundiá/SP, Corumbataí/SP, Cosmópolis/SP, Amparo/SP, Pedreira/SP, Itu/SP e Campinas/SP. A coordenação demonstrou preocupação com o baixo retorno — especialmente considerando que, em 2023, 39 (trinta e nove) municípios haviam participado — e levantou a hipótese de que o questionário possa não estar chegando corretamente aos responsáveis técnicos. A Sra. Roseane reforçou a importância da resposta ao questionário não apenas como um levantamento de informações, mas como instrumento de planejamento e direcionamento das ações da CT-SAM. Foi solicitado que os representantes que participaram da reunião ajudem na mobilização em seus municípios e em outras instâncias dos Comitês PCJ, a fim de ampliar a adesão ao levantamento. **7.2. dos Membros:** A Sra. Roseane questionou aos membros sobre informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os informes da Secretaria Executiva; **7.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** O Sr. Diego Soares, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Exclusão de membros:** O Sr. Diego explicou que o Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)), determina que serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foram excluídas da CT-SAM as entidades: Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista e Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. As entidades excluídas só poderão voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato. Complementarmente, informou que o próximo mandato está previsto para ter início no mês de julho/2025, com a Renovação das Câmaras Técnicas para o mandato 2025-2027. Nesse sentido, caso haja interesse, as entidades que foram excluídas por falta no mandato atual podem voltar a integrar a composição das CTs no novo mandato; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 22/04/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o *e-mail* da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** Como a próxima reunião da CT-SAM está prevista para ocorrer no formato presencial, lembrou que os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17](#) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo

anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros) – em que se destaca que o registro de imagem da lista de presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado. As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 opção 2. As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no *site* dos Comitês PCJ, pelo [link](#); **d) Eleição dos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) Mandato 2025-2027:** Durante a 33ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (Plenária), realizada no dia 28/03/25 de forma presencial, em Piracicaba/SP, na Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), foi reeleita e empossada a Diretoria dos Comitês PCJ para o biênio 2025-2027, sendo composta por: **i.** como Presidente do CBH-PCJ e Presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Hélio Donizete Zanatta, prefeito de Piracicaba/SP; **ii.** como Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); **iii.** Como Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, o Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP); **iv.** como Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ: André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL); **v.** como 1ª Vice-presidenta do PCJ FEDERAL e Presidenta do CBH-PJ1, a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 22/04/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

Estado de Minas Gerais (FIEMG); **vi.** como 3ª Vice-presidenta do PCJ FEDERAL, a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Além da definição da diretoria e da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, durante a reunião foi realizada a posse de representante dos membros dos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1); definição de municípios paulistas com direito a voto; participação nos conselhos estaduais (CRH-SP e CONESAN-SP); participação nos Fóruns (Paulista e Nacional) de CBHs e na Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), além da composição da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. Mais informações podem ser acessadas neste [link](#); **e) Renovação das CTs – Mandato 2025-2027:** Informou que o processo de renovação das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ que ocorre a cada dois anos vai acontecer entre os meses de maio a julho de 2025, conforme a programação: **i.** abertura do processo, em maio/25, com envio do ofício circular dos Comitês PCJ com as instruções gerais; **ii.** indicação das entidades para ingresso nas CTs ou alteração dos representantes já indicados; **iii.** reunião virtual com todas as CTs em julho/25 onde ocorrerão a posse dos representantes indicados, dentre outras instruções pelo secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Denis Herisson. Em seguida, ainda em julho/25, em horários específicos (a serem divulgados pela SE-PCJ), ocorrerão as reuniões ordinárias das 11 (onze) CTs temáticas tendo como pautas eleição/recondução da coordenação, recomposição dos Grupos de Trabalho (GTs) e da coordenação dos GTs e atualização do calendário de reuniões para o próximo mandato. Aos representantes que participam em mais de uma CT, caso ocorra a incidência de horários, a orientação é que o representante opte pela reunião que desejar, pois a Secretaria Executiva fará o devido mapeamento dos presentes, compatibilizando as presenças para as demais CTs. Mais informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ comitespcj.org.br; **f) Próximos Eventos:** Seguiu informando que estão abertas as inscrições para o “9º Prêmio Ação Pela Água”. Organizado pelo Consórcio PCJ, trazendo como tema central “Segurança hídrica é nossa meta global: Juntos

pelos ODS”. Destacou que as inscrições devem ser realizadas até 29 de agosto no site do Prêmio Ação Pela Água, onde também é possível consultar o regulamento. O evento de premiação será realizado no dia 28 de novembro. Mais informações estão disponíveis no [site](#) do Consórcio PCJ. **g) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Informou sobre a próxima reunião no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 59ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), no dia 15/05/25, às 9h30, presencialmente no Auditório do Museu da Água em Indaiatuba/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do [site](#) dos Comitês PCJ; **h) Próxima reunião da CT-SAM:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-Indústria, está prevista para 24/06/25, às 09h30, presencialmente na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT/UNICAMP), em Limeira/SP. O Sr. Diego Soares, agradeceu e retornou a palavra à coordenação. **8. Outros assuntos:** A Sra. Cassiana parabenizou os Comitês PCJ pela atualização de seu sítio eletrônico e convidou os membros para acessá-lo, em comitespcj.org.br. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, as coordenadoras da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ, Sras. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, e Cassiana Maria Reganhan Coneglian agradeceram a presença de todos, e deram por encerrada a reunião.

Roseane Maria Garcia Lopes de Souza
Coordenadora da CT-SAM

Cassiana Maria Reganhan Coneglian
Coordenadora-adjunta da CT-SAM